

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A)
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TERESINA/PI

“Não adianta atacar a fome sem combater a sede. É preciso ensinar o povo a usar bem a água, porque sem água não se consegue o que comer” (Aldo Rebouças, Professor da USP e Pesquisador do IEA, *O Estado de S. Paulo*, 31-1-2003, a-7)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, por meio do Promotor de Justiça Regional Ambiental em São Raimundo Nonato e do Promotor de Justiça da Fazenda Pública, em litisconsórcio facultativo com o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, representado pelos Procuradores da República infra-assinados, legitimados pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 36, IV, “b” da Lei Complementar n.º 12 de 18/12/93, com fundamento no art. 225 da Constituição Federal, nas Leis n.º 12.651, de 25/05/2012, n.º 6.902, de 27/04/81, n.º 6.938, de 31/08/81, n.º 7.347, de 24/07/85, nos arts. 237 e seguintes da Constituição do Estado de Piauí, vêm, respeitosamente, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL **COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

em face de **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, representada por seu procurador, com sede à Rua Angélica, n.º 1579 (esquina com a Rua Cel. Costa Araújo), Bairro De Fátima, Teresina-PI, CEP 64049-532, **ESTADO DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Procurador-Geral do Estado (art. 150 da Constituição Estadual c/c art. 12, I do CPC), com endereço na Av. Senador Azeiteiro, n. 1650, Bairro Jockey Club, em Teresina-PI, CEP: 64049-110 e **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA**, autarquia sob regime especial, representada por seu Diretor-Presidente, com sede no Setor Policial Sul, Quadra 3, Bloco “M”, Brasília-DF, CEP 70.610-200, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

DO LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS:

1. A Lei de Ação Civil Pública, em seu art. 5º, § 5º prevê a hipótese de ajuizamento de ação civil pública em litisconsórcio facultativo entre o Ministério Público Federal, do Distrito Federal e dos Estados, na defesa interesses e direitos difusos.

2. Registre-se que integram o pólo passivo da presente demanda a União, o Estado do Piauí e a Agência Nacional de Águas-ANA, o que, por si só, espanca qualquer dúvida acerca da possibilidade de os Ministérios Públicos autores demandarem em conjunto.

3. A jurisprudência é tranquila quanto ao tema em voga. Vejamos:

“PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DEFESA DO MEIO AMBIENTE – LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – POSSIBILIDADE – ART. 5º, § 5º, DA LEI N.º 7.347 /85 – PRECEDENTES DO EG. STJ. I – O eg. STJ já se pronunciou no sentido de que o veto presidencial aos arts. 82, § 3º, e 92, § único, do CDC, não atingiu o § 5º, do art. 5º da Lei da Ação Civil Pública, sob o fundamento de que não há veto implícito. Argumentou que, ainda que o dispositivo não estivesse em vigor, o litisconsórcio facultativo seria possível sempre que as circunstâncias do caso o recomendassem (CPC, art. 46). Ressaltou, finalmente, que o Ministério Público é órgão uno e indivisível, antes de ser evitada, a atuação conjunta deve ser estimulada, eis que as divisões existentes na Instituição não obstam trabalhos coligados (nos autos do REsp 382659 / RS, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJU de 19/12/2003). II – Sendo assim, a eg. Corte Superior de Justiça, guardiã das leis federais, entendeu estar plenamente em vigor o disposto no § 5º, art. 5º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 (que disciplina a Ação Civil Pública), o qual dispõe, verbis: “§ 5.º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.” III – Conclui-se que a atuação conjunta dos Procuradores da República e dos Promotores de Justiça é, não só possível, como desejável para uma eficaz tutela dos interesses difusos, como é o caso da defesa do meio ambiente, matéria tratada na Ação Civil Pública originária, conforme ressaltou o Il. Membro do Parquet Federal que atuou no presente feito. IV – Agravo provido.” (Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 56758 RJ 2000.02.01.025417-8 (TRF-2), Rel. Desembargador Federal BENEDITO GONCALVES)

4. A propósito, há de se registrar que o STJ e o STF já admitiram litisconsórcio facultativo entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual (REsp 382.659-RS, Primeira Turma, DJ 19/12/2003; e STF-ACO 1.020-SP, Tribunal Pleno, DJe 20/03/2009).

DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA CAPITAL:

5. O microssistema de proteção dos interesses difusos e coletivos, com a integração das normas contidas no Título III do Código de Defesa do Consumidor às previsões legais constantes da Lei de Ação Civil Pública, na esteira do art. 21 deste diploma legal, estabelece que na hipótese de ocorrência de dano regional a interesse difuso, como ocorre no presente caso, que afeta vários municípios pertencentes ao Estado do Piauí, mostra-se competente para a causa o foro da Comarca da Capital, por força da regra contida no art. 93, II do Código de Defesa do Consumidor.

6. A jurisprudência é uníssona a respeito do tema:

“PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO DE ÂMBITO REGIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 93, I, DA LEI Nº. 8.078 /90 C/C O ART. 21, DA LEI Nº. 7.347 /85. COMPETÊNCIA DE VARA DA CAPITAL DO ESTADO.

1. Nos termos do art. 2º, da Lei nº 7.347 /85, que disciplina a ação civil pública, "as ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o **dano**, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa". 2. Tratam os autos originários de ação civil pública proposta pelo Instituto das Cidades em face da Companhia Vale do Rio Doce, Camargo Corrêa Cimentos S/A e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, objetivando, em síntese, a limitação e adequação do tráfego na BR 381, principalmente o transporte de minério de ferro com destino à Ipatinga e escória de auto-forno e de aciaria saindo de Ipatinga e Santana do Paraíso. Pretende-se, ainda, a implantação de novos horários de trens expressos de passageiros nos trechos entre Governador Valadares e Belo Horizonte, com paradas em Ipatinga, Nova Era e João Monlevade. 3. Tratando a controvérsia de **dano de âmbito regional** ou nacional, é competente o Juízo de Vara Federal da Capital do Estado ou do Distrito Federal, por aplicação subsidiária do art. 93, inciso I, da Lei nº. 8.078 /90 (Código de Defesa do Consumidor), na forma autorizada pelo art. 21 da Lei nº. 7.347 /85. Nesse sentido: CC 0054147-88.2012.4.01.0000/TO, Rel. Desembargador Federal Souza Prudente, Terceira Seção, e-DJF1 04/09/2013; CC 0006830-94.2012.4.01.0000/PA, Rel. Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Terceira Seção, e-DJF1 21/06/2012. 4.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, ora suscitado.” (TRF-1 - CC 307791620134010000, Rel., Desembargador Federal KASSIO NUNES MARQUES, v. u, j. 29/07/2014, 3ª Seção)

“DEMANDA COLETIVA. DANOS DE ÂMBITO REGIONAL. COMPETÊNCIA. FORO DA CAPITAL DO ESTADO. A competência para o julgamento de demanda coletiva decorrente de danos de âmbito regional, ajuizada por Sindicato, é do foro da Capital do Estado, nos termos do inc. II da Lei n.º 8.038, de 1990, se não houve a opção pelo foro do Distrito Federal.” (TRF 4ª Região, AG 45199 PR 2009.04.00.045199-2, Rel. Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI, v.u., j. 04/05/2010, Quinta Turma)

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AMBIENTAL - ÂMBITO REGIONAL - COMPETÊNCIA - ARTIGO 93, II, DA LEI 8.078 /90 E ARTIGO 21 DA LEI 7.347 /85 - FORO DA CAPITAL - JUÍZO - LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, ARTIGO 59 - VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS - RECURSOS PREJUDICADOS. - Por força do disposto no artigo 93, inciso II, da lei 8.078 /90, e no artigo 21 da lei 7.347 /85, a capital do Estado é o foro competente para o julgamento da ação civil pública que envolve **dano regional**, como ocorre no presente caso, em que o Ministério Público, embasado no artigo 2º. da lei estadual 12.503/97, questiona o não investimento de percentual das receitas das empresas que exploram recursos hídricos na Bacia do Rio Grande, na proteção e na preservação ambiental da respectiva bacia hidrográfica.” (TJMG, AC 10499110015934003, Rel. Moreira Diniz, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, j. 13/02/2014)

7. Assim sendo, mostra-se competente o Juízo da Comarca de Capital para apreciar o feito, na esteira do art. 21 da Lei 7.347/85 c/c art. 93, II do CDC.

DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL:

8. A presente demanda visa compelir União Federal, Estado do Piauí e Agência Nacional de Águas-ANA a obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes de inúmeras obrigações decorrentes da Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos em nosso País.

9. Portanto, na esteira do art. 109, I da Constituição Federal, cabe à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União Federal figure na condição de ré.

DOS FATOS:

10. Instaurou-se no âmbito da Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato o Inquérito Civil nº 16/2013, com objetivo de apurar possíveis danos ambientais decorrentes do desperdício de água no Município de Cristino Castro e outros municípios piauienses, resultante do derramamento de água de vários poços jorrantes ali existentes, sem qualquer controle do Poder Público, conforme portaria de instauração e despacho de extensão de seus efeitos (fls. 02/04 e fl. 21).

11. Houve, também, instaurações de Inquéritos Cíveis de n.º 01/2013 (Apenso I), 02/2013 (Apenso II), 03/2013 (Apenso III), 04/2013 (Apenso IV), 05/2013 (Apenso V), 06/2013 (Apenso VI) e 07/2013 (Apenso VII), envolvendo os 29 (vinte e nove) municípios piauienses, quais sejam: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, Bonfim do Piauí, São Braz do Piauí, Várzea Branca, Canto do Buriti, Brejo do Piauí, Tamboril do Piauí, Cristino Castro, Alvorada do Gurgueia, Palmeira do Piauí, Santa Luz, Bom Jesus, Currais, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol, Guaribas, São João do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, João Costa, Lagoa do Barro, Nova Santa Rita e Pedro Laurentino, os quais objetivavam a fiscalização dos Poderes Públicos na adoção de medidas concretas de combate à seca, adotando-se as medidas necessárias à implementação de políticas públicas atinentes à espécie, bem como para fins de obter mapeamento das comunidades e dos moradores rurais que sofram com os efeitos da estiagem.

12. As investigações supracitadas permitiram ao Ministério Público um aprofundado conhecimento fático de questões alusivas ao uso racional e sustentável de recursos hídricos, seja em relação ao desperdício de água na região do Vale do Gurgueia, seja relativa à escassez de recursos hídricos na região do semiárido piauiense, com realizações de inspeções ministeriais *in loco*, obtenção de informações, pareceres técnicos e farta documentação sobre essa situação paradoxal em que vivem milhares de pessoas no Estado do Piauí. Se de um lado grande parte de desfavorecidos socialmente sofrem há décadas pelos efeitos da seca, dependendo exclusivamente da “Operação Carro Pipa” para sobrevivência, de outro sobram recursos hídricos que são desperdiçados pela má utilização de poços

profundos de alta vazão e captação de água em imenso aquífero existente na região do Vale do Gurgueia (aquífero Cabeças), especialmente nos municípios de Crsitino Castro, Alvorada do Gurgueia e outros da região.

13. Registre-se que, nos autos do I.C. n.º 16/2013, o Parecer Técnico n.º 10/2014, elaborado pela Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos do Ministério Público do Estado do Piauí (fls. 64/97), concluiu, em síntese, pela necessidade da criação de pontos de captação de água com implantação de sistema de canalização da água para uma adutora de distribuição, a fim de atingir a sustentabilidade dos recursos hídricos na região, inclusive trazendo aos autos matérias jornalísticas diversas, como notícia de procedimento licitatório realizado pela AGESPISA (fl. 92), estudos da Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis (fl. 93), negociação de operação de crédito do Governo do Piauí para instalação da Adutora do Semiárido (fl. 94) e o artigo científico com título “Adutora do Semiárido do Piauí” (fls. 96/97).

14. Oportuna se faz a transcrição de trechos do artigo científico supracitado, de autoria de Francisco Lages C. Filho; Fernando A. C. Feitosa & Ana C. G. Xavier, que seguem:

“O Semiárido é caracterizado por prolongado período seco, irregularidade de chuvas, semiaridez do clima e alta taxa de evapotranspiração. Com base em estudos da Embrapa Semiárido uma pessoa nesta região pode passar até 36 dias por ano exclusivamente em busca de água. Segundo a ASA Brasil – Articulação no Semiárido Brasileiro, nesse contexto, a dificuldade no acesso à água, que em parte seria resultado do índice pluviométrico e de sua elevada taxa de evapotranspiração, é consequência, mais do que tudo, de uma histórica estrutura concentradora de renda, riquezas, terra e água, através da qual uns poucos e privilegiados detêm a posse e uso de quase toda a água do Semiárido, enquanto outros morrem de sede. No Semiárido do Piauí, há mais de cem anos que os sucessivos governos, em períodos de estiagem, deliberam medidas paliativas, sem decisões definitivas para a solução do problema que se agrava a cada ano de chuvas escassas na região. É importante salientar que os efeitos da seca no Semiárido do estado não é uma questão de falta de água, mas, sobretudo de gerenciamento de seus recursos hídricos.” (grifo e negrito nosso)

15. Prosseguem os autores, discorrendo sobre as propostas de implantação da Adutora, *in verbis*:

“A seca é noticiada no Nordeste brasileiro desde o povoamento pelos portugueses, há mais de quinhentos anos. No século XVIII, há registros de meio milhão de mortes por fome num único período de estiagem. Ela foi contada pelo escritor alagoano Graciliano Ramos no livro “Vidas Secas”. Entretanto, somente agora, em pleno início do século XXI, o governo do Estado e a bancada Federal adotaram uma nova postura, com solução consistente e duradoura para resolver definitivamente o problema de abastecimento do semiárido piauiense. Coube à CPRM – Serviço Geológico do Brasil, instituição vinculada ao MME, apresentar uma proposta de base técnico científica para a implantação da Adutora do Semiárido do Piauí, com a finalidade de abastecer toda faixa sudeste do estado, compreendendo todo Semiárido Cristalino e parte da borda sudeste da Bacia Sedimentar do Parnaíba, cobrindo cerca de 51 municípios, em uma área de 56.622 km², com aproximadamente 600.000 habitantes (Figura 1). Essa proposta está fundamentada na captação de água subterrânea do aquífero Cabeças, no vale do rio Gurguéia, região Sul do estado, (Figura 2) entre as cidades de Cristino Castro e Elizeu Martins, a partir de 37 poços perfurados, através da parceria DNOCS/CPRM, recentemente estudados e avaliados por Feitosa et. al., (2010), onde realizaram um prognóstico da potencialidade dos recursos hídricos subterrâneos do aquífero, definindo uma “Zona Estratégica de Produção de Água Subterrânea” e salientando sua grande extensão regional, litologia essencialmente arenosa, grande reserva de saturação, elevada potencialidade e água de excelente qualidade química para consumo humano. Além disso, mostraram um cenário, com base em simulações analíticas e numéricas, que após estudos específicos é possível se captar do aquífero Cabeças uma descarga de 20.000 m³/h, sustentável durante 300 anos. O volume que se pretende retirar do aquífero, através da Adutora do Semiárido do Piauí, é de 6.000 m³/h, num regime de 12 h de bombeamento, perfazendo-se um volume total de 72.000 m³/dia, com a finalidade de atender 600.000 mil pessoas, disponibilizando 120L/habitante/dia.

16. Registre-se que, sem solução adequada à gestão de recursos hídricos no Estado do Piauí, especialmente na região do Vale do Gurgueia, (entre os Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins), manteremos um quadro em que se verifica a existência de imensos aquíferos subterrâneos (aquíferos Cabeças e Serra Grande), com corpos d’água sendo utilizados indiscriminada e exclusivamente por pessoas físicas e jurídicas (população, rede hoteleira, bares, restaurantes, comerciantes em geral), com o fito de tão somente promoverem entretenimento e atividades de lazer em suas propriedades privadas, usando água de caráter estratégico, deixando à mercê toda a população de municípios próximos que sofrem com a escassez de recursos hídricos, há séculos, sem solução de abastecimento. Não se pode

olvidar, ainda, que essa água subterrânea, além de estratégica, deve ser usada prioritariamente para consumo humano, pois é naturalmente tratada.

17. Ademais, atualmente, a utilização das águas extraídas de poços artesianos particulares se faz sem qualquer preocupação com sua escassez, inclusive para desempenho de atividades econômicas sem contraprestação financeira, inexistindo proveito social dos recursos hídricos.

18. Em razão dessa preocupante omissão na gestão de recursos naturais por parte das requeridas, houve, nos autos investigativos (I.C. nº 16/2013), expedição de recomendações a particulares e proprietários de empreendimentos dos municípios de Cristino Castro e Alvorada do Piauí, com fins à instalação do controle de vazão de água nos poços jorrantes (fl. 127) e uso racional da água em piscinas de pousadas, hotéis, bares e afins (fl. 128).

19. Da mesma forma, expediram-se recomendações (fls. 117/119) à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR para fins de: a) instalação do controle de vazão nos poços jorrantes públicos; b) fiscalização da utilização de todos os poços jorrantes do Vale do Gurgueia, com utilização do aquífero Cabeças, bem como realização de controle técnico, mediante fiscalização, orientação técnica e supervisão executiva de instalações de equipamento de controle de vazão dos poços jorrantes existentes em empreendimentos e propriedades privados no Vale do Gurgueia; c) suspensão de novas concessões de outorga de uso de recursos hídricos, bem como de autorizações/licenças de perfuração de poços artesianos; d) revisão de todas as outorgas de concessão de uso de recursos hídricos, especialmente as concedidas a empreendimentos privados como hotéis, pousadas, restaurantes e comércios e áreas de lazer em geral, determinando-se a suspensão parcial ou total das outorgas concedidas onde haja evidente desperdício de água na região do Vale do Gurgueia, conforme largamente constatado nas investigações realizadas.

20. Além disso, requisitou-se ao órgão executivo ambiental (fls. 120/121) o encaminhamento de todos os estudos técnicos e projetos executivos acerca da instalação de equipamentos de controle de vazão de todos os poços jorrantes daquela região, e, ainda, informações sobre possíveis convênios firmados entre o Governo do Estado e o Governo Federal para instalação de equipamento de controle de vazão de água dos referidos poços, com a listagem completa dos outorgados que receberam concessão de uso de

recursos hídricos e de perfuração de poços artesianos, jorrantes e não jorrantes.

21. A Secretaria do Meio Ambiente, em resposta às solicitações supracitadas, às fls. 145/147, informou não poder adotar nenhuma das providências recomendadas pelo Ministério Público, comunicando inexistir qualquer proposta para obtenção de recursos para instalação do controle de vazão em poços públicos, bem como não dispor de equipes técnicas para fiscalização de suas instalações, além de estar impossibilitada de suspender novas concessões de uso de recursos hídricos, nem proceder a revisões de outorgas.

22. A ANA – Agência Nacional de Águas, por sua vez, em resposta à solicitação da Promotoria Regional Ambiental de fl. 122, acerca da existência de convênios firmados com o Estado do Piauí para instalação de controle de vazão dos poços jorrantes, prestou informações negativas em relação a repasse de recursos federais para tal finalidade (fls. 140/143), porém demonstrou, documentalmente, a relação de convênios firmados com o Estado do Piauí, com os seguintes objetivos: a) **n. Convênio: 010/2001** - aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado do Piauí e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recurso hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semiárido; b) **n. Convênio: 003/2003** - Implantação de registros para controle de vazão em seis poços jorrantes no Vale do Rio Gurgueia, no Estado do Piauí; c) **n. Convênio: 009/2007** - Implementar o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – PROÁGUA Nacional, por meio de ações de desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais encarregados da gestão de recursos hídricos e da elaboração de planos e projetos de interesse do Estado, visando a sustentabilidade da oferta de água em quantidade e qualidade adequada aos usos múltiplos.

23. Percebe-se, portanto, que as requeridas possuem pleno conhecimento da problemática hídrica (desperdício x escassez) no Estado do Piauí e, ainda assim, de forma inconstitucional, mantêm-se omissas em relação ao devido gerenciamento de recursos hídricos, afrontando o art. 225 da Constituição Federal, que impõe o dever de defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

24. Tal fato tem sido objeto de várias notícias sobre o desperdício de água na região do Vale do Gurgueia em contraponto com a

seca enfrentada por grande parte da população piauiense, especialmente àquela com maiores problemas de abastecimento, situada no semiárido cristalino piauiense, distando cerca de 120 km dali, sendo, inclusive, tema de matérias jornalísticas de veiculação nacional (fls. 202/215).

25. De outro giro, a ausência de trato de questões ambientais, climáticas e hídricas com efetiva resolatividade, faz com que o Estado do Piauí se mantenha ininterruptamente dependente de programas emergenciais e não resolutivos do Governo Federal, em que se desperdiçam grande monta de recursos públicos para fins de amenizar, jamais combater, os efeitos da seca.

26. No Piauí, o 25º Batalhão de Caçadores do Exército obtém recursos financeiros federais vultosos para execução da Operação “Carro Pipa” no Estado do Piauí. Apenas os pagamentos de “carradas” de água a pipeiros, no ano de 2013, representam a monta de R\$ 65.664.294,21 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos). Em 2014 mais R\$ 76.231.408,42 (setenta e seis milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e dois centavos) foram gastos com pipeiros. Entre Janeiro/2015 a Maio/2015 a referida operação gastou cerca de R\$ 32.073.710,08 (trinta e dois milhões setenta e três mil, setecentos e dez reais e oito centavos) com carros pipa. A média mensal aproximada no período de 2015 foi de R\$ 6.414.742,01 (seis milhões, quatrocentos e catorze mil, setecentos e quarenta e dois reais e um centavo). Somem-se a isso outros custos de manutenção da operação, como gastos com cartões de tickets, diárias de militares, combustível, aluguel de caminhonetes, manutenção de veículos militares que atuam na execução/fiscalização da operação e outros, podendo tal cifra facilmente superar R\$ 8 milhões de reais/mês, com média de gasto anual de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) em recursos federais destinados ao Exército Brasileiro para aplicação, com exclusividade, em medidas paletivas de distribuição de água no Estado, para atender atualmente 72 (setenta) municípios piauienses e 01 (um) município baiano (Campo Alegre de Lourdes-BA).

27. Além desses valores supracitados, a Secretaria de Estado da Defesa Civil do Piauí tem gasto outros milhões de reais, diretamente ou em verbas federais repassadas pela União, com os municípios que decretaram estado de emergência e passaram a depender de abastecimento emergencial da “Operação Carro Pipa”, fora dos casos de cobertura executada pelo Exército Brasileiro, sem que, no entanto, o Estado invista um único centavo na elaboração e implementação de projetos e políticas que combatam

definitivamente a seca no Estado, conforme se verifica pela resposta do Secretário de Estado da Defesa Civil, às fl. 193.

28. Somados os repasses feitos pela União ao Exército e à Defesa Civil do Piauí para execução da “Operação Carro Pipa” nos municípios piauienses que declararam situação de emergência ou estado de calamidade pública, atingimos facilmente a cifra de aproximada de 10.000.000,00 (dez milhões) mês, concluindo-se que houve, anualmente, desperdício de recursos públicos na faixa de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

29. Vê-se, portanto, que inexistente carência de recursos federais ou estaduais para a implantação de proposta de adutora para abastecimento do sertão piauiense, mas sim utilização de recursos públicos para execução de políticas públicas reconhecidamente emergenciais e paliativas, que se prestam tão-somente para engordar os bolsos de proprietários de reservatórios de água, que exploram comercialmente mananciais com venda de água a pipeiros sem qualquer contraprestação remuneratória ao Estado, inclusive com estímulo de atividade financeira ilícita, ante a participação de agiotas no negócio, manutenção de políticos inescrupulosos e de grande poderio econômico, que frente à população inservida de abastecimento se apresentam como verdadeiros “salvadores” e “donos da água”, em total afronta aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I da CR), de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir a desigualdade social e regional (art. 3º, III da CF).

30. A proposta de implantação da Adutora do Sertão do Piauí também se mostra vantajosa e viável. Primeiramente, porque o implemento da proposta independe de quaisquer perfurações de poços profundos para captação de água no aquífero Cabeças, por já existirem 37 (trinta e sete) poços, na região do Vale do Gurgueia, perfurados pelo DNOCS/CPRM, que serão utilizados pela adutora, baixando consideravelmente os gastos com tal operação. Em segundo lugar, em razão de a água captada jamais necessitar ser submetida a tratamento, posto que proveniente de aquífero subterrâneo confinado¹, por meio de adutora, com destinação direta do sistema canalizado

¹ “A utilização de água subterrânea é “aparentemente” vantajosa para o homem, já que ela é “normalmente” de melhor qualidade e obtida a preço inferior ao da água tratada. O aumento da poluição hídrica e a necessidade de destinação adequada do esgoto sanitário, com fim de implementação de saneamento básico, fazem com que o custo da água tratada seja cada vez mais elevado. Isso tem motivado até mesmo os consumidores residenciais a investir na perfuração de poços artesianos. A propósito, inclusive o setor público vem ampliando a exploração de fontes subterrâneas. Agregue-se que a utilização de água

à rede de distribuição de água, sem passar por Estações de Tratamento de Água – ETAs, para fins de aeração/decantação/filtração e/ou tratamento físico-químico, não havendo custos relacionados a tais atividades, expurgando os elevados gastos com implantação e operação de métodos e sistemas destinados a tornar a água própria ao consumo humano, em processo que vise sua potabilidade. Por fim, a proposta da Adutora do Sertão (fl. 249) prevê o bombeamento da água apenas até o ponto mais elevado de canalização do sistema adutor, no Município de Caracol, situado a 737 metros de altitude acima do nível do mar, sendo que, a partir do referido ponto, a distribuição da água canalizada ocorrerá por gravidade, posto que os demais municípios situam-se em níveis de altitude inferiores àquele, sem necessidade de bombeamento, desnecessária, assim, a instalação de bombas e estações elevatórias para determinar a vazão de exploração do poço, havendo considerável economia em infraestrutura.

31. Ademais, é importante frisar que o referido projeto não compromete ou atinge a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba ou qualquer outra Bacia Hidrográfica, uma vez que não se utiliza de águas superficiais de rios, lagos e afluentes, mas sim das águas subterrâneas acumuladas, por milhões de anos, nos aquíferos da Bacia Sedimentar do Parnaíba, de elevada potencialidade, qualidade e potabilidade ao consumo humano, sem que exista risco de esgotamento da reserva, captadas de forma sustentável.

32. Inúmeros municípios piauienses vivem da dependência de barragens e açudes para abastecimento de sua população. As adutoras, em sua imensa maioria, captam águas superficiais desses corpos d'água, muitos já escassos, salinizados e impróprios ao consumo, procedem ao tratamento físico-químico e distribuem às residências. É o que ocorre na região do semiárido cristalino, que se encontra em progressiva escassez hídrica, em face da ausência de chuvas ao longo dos últimos anos. Cite-se, aqui, o caso da Barragem Petrônio Portela, que abastece São Raimundo Nonato e região, que, hodiernamente, encontra-se com apenas 17 % (dezessete por cento) do seu volume inicial, aumentando a concentração de cloreto e a proliferação de algas devido à eutrofização, o que torna mais dificultosa a operacionalização do tratamento. A Nota Técnica apresentada pela AGESPISA nos autos do IC n.º 55/2014 e compartilhada ao IC n.º 16/2013 (fls. 271/275), ambos da

subterrânea permite ao usuário não ser atingido pelo cada vez mais constante racionamento e rodícios de uso de água tratada” (Viegas, Eduardo Coral *In* Freitas, Vladimir Passo de. *Águas – Aspectos Jurídicos e Ambientais*. 3ªed. Curitiba: Juruá, 20008, p. 26).

Promotoria Regional Ambiental–SRN, revela ainda que as previsões meteorológicas *“apontam que a probabilidade do Estado sofrer com uma seca mais intensa do que nos anos anteriores é de 85 %.* *Tais previsões comprometem a autonomia do manancial quanto ao volume de água necessário à demanda requerida pelos sistemas abastecidos e a qualidade da água ofertada”.*

33. Conforme acostado às fls. 225/249 e já esposado em transcrição supra do artigo denominado “Adutora do Semiárido do Piauí”, verifica-se que existe solução definitiva para a questão do abastecimento de água à população afetada pela seca na região do semiárido cristalino piauiense.

34. A proposta técnico-científica para a implantação da Adutora do Semiárido do Piauí apresentada pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil, com a finalidade de abastecer toda faixa sudeste do Estado, compreendendo todo Semiárido Cristalino e parte da borda sudeste da Bacia Sedimentar do Parnaíba, cobrindo 51 municípios, em uma área de 56.622 km², com aproximadamente 600.000 habitantes, **conforme ilustração do projeto às fl. 249**, afigura-se como solução mais eficiente aos fins sociais a que se destina, mostrando-se adequada à região, com viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental, além de resolutiva ao problema de abastecimento de milhares de pessoas que vivem na aridez do sertão piauiense, todo ano à espera da “Operação Carro Pipa”.

35. A implementação da referida proposta visa à captação de água subterrânea do aquífero Cabeças, no vale do rio Gurguéia, entre as cidades de Cristino Castro e Elizeu Martins, a partir de 37 poços perfurados, através da parceria DNOCS/CPRM, onde foram realizados estudos acerca de um prognóstico da potencialidade dos recursos hídricos subterrâneos do aquífero, definindo uma **“Zona Estratégica de Produção de Água Subterrânea”** e salientando sua **grande extensão regional**, litologia essencialmente arenosa, **grande reserva de saturação**, **elevada potencialidade e água de excelente qualidade química para consumo humano**.

36. Além disso, verifica-se um cenário, com base em simulações analíticas e numéricas, após estudos específicos, capaz de captar do aquífero Cabeças uma descarga de 20.000 m³/h, sustentável durante 300 anos. O volume que se pretende retirar do aquífero, através da Adutora do Semiárido do Piauí, é de 6.000 m³/h (três vezes menor que sua capacidade de descarga), num regime de 12 h de bombeamento, perfazendo-se um volume total de

72.000 m³/dia, com a finalidade de atender 600.000 mil pessoas, disponibilizando 120L/habitante/dia. Essa captação de 6.000 m³/h é uma medida de caráter puramente técnico de proteção, segurança e sustentabilidade do aquífero.

37. As vantagens, benefícios e resultados da implantação do proposta são as seguintes:

- **Impacto ambiental mínimo;**
- **Sustentabilidade de abastecimento, acima de 300 anos, sem danos ao aquífero;**
- **Água de excelente qualidade para consumo humano;**
- **Disponibilidade de 120 a 150L/habitante/dia. Hoje, com a seca, é somente 20L/habitante/dia, assim mesmo, de qualidade duvidosa;**
- **Dispensa estação de tratamento, indo direto da adutora para o filtro e consumo;**
- **Abastecerá cerca de 50 municípios do Semiárido do Piauí, com aproximadamente 600.000 habitantes;**
- **Eliminará as doenças parasitárias de veiculação hídrica, especialmente, nos municípios com elevado índice de mortalidade infantil que incomodam, inclusive os adultos;**
- **Desafogará os leitos, em hospitais públicos, pela eliminação de doenças parasitárias de veiculação hídrica, que nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento ocupam cerca de 60% desses leitos.**

38. A referida proposta, no ano de 2013, foi apresentada pelo Sr. Francisco Lages, geólogo da CPRM/Teresina, à Codevasf/Sede Brasília, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, que encaminhou à Comissão da Codevasf, constituída para Elaboração do PPA 2016-2019, para fins de proposta de inserção dessa ação nas metas do referido Plano, conforme se verifica pela Nota Técnica n.º 004/7ª GRR, datado de 06/07/2015 (fls. 484/500), com previsão de valor total de execução da obra em R\$ 950.000,000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais).

39. Assim, a proposta da CPRM/Unidade Regional de Teresina foi endossada pela 7ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codefasf/Piauí, órgãos técnicos e executivos pertencentes ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Integração Nacional, respectivamente, não havendo motivos para o Governo Federal deixar de contemplar sua exequibilidade.

DO DIREITO:

40. A água é um bem de domínio público, tratando-se de recurso mineral limitado e dotado de valor econômico, devendo a gestão de recursos hídricos sempre proporcionar o uso múltiplo das águas e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, os quais constituem fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, nos moldes do art. 1º I, II e IV e IV da Lei 9.433/97;

41. Constituem objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, previstos no art. 2º:

“I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.” (grifo e negrito nosso)

42. A Constituição Federal, em seu art. 26, inciso I, inclui entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas.

43. Prevê, ainda, a Carta Magna ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente (art. 23, VI), combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X) acompanhar a exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios (art. 23, XI).

44. A Lei 12.608/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, estipula:

“Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.” (grifo e negrito nosso)

45. Já o Decreto n.º 7.257 de 04 de agosto de 2010 dispõe:

“Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, **considera-se:**

[...]

II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

[...]

VII - ações de restabelecimento de serviços essenciais: ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras-de-arte com estruturas comprometidas, **o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável**, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, **abastecimento de água potável** e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VIII - ações de reconstrução: ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, **sistema de abastecimento de água**, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água, contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; e

IX - ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.” (grifo e negrito nosso).

46. Por sua vez, a Lei 4.858/96, que dispõe sobre Política de Meio Ambiente do Estado do Piauí, prescreve:

“Art. 2º - Para elaboração, implementação e acompanhamento crítico da política ambiental do Piauí, serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I - Multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;

[...]

III - Compatibilização com as políticas ambientais nacional e regional;

Art. 3º - A política ambiental do Piauí tem por objetivos possibilitar:

[...]

III - A preservação e conservação dos recursos naturais renováveis, seu manejo equilibrado e a utilização econômica racional e criteriosa dos não renováveis;

[...]

V - A utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos destinados para fins urbanos e rurais mediante a uma criteriosa definição de uso e ocupação, normas de projetos, implantação, construção e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação, bem como tratamento e disposição final de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

Art. 5º - A política ambiental do Piauí deverá ser consubstanciada na forma de um plano global, integrando programas e respectivos projetos e atividades.”

47. Indispensável trazer à colação o texto do **artigo 225, caput**, da **Constituição Federal**, que nos orienta em todas as questões relativas ao meio ambiente, e que dispõe que “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações*”.

48. A presente demanda, portanto, objetiva a responsabilidade das requeridas em face do dano ambiental que vem sendo provocado pelo desperdício de recursos hídricos do aquífero cabeças na região do Vale do Gurgueia, buscando sua utilização racional e adequada com vistas ao desenvolvimento sustentável da população que sofre com os efeitos da seca, o que legitima o Ministério Público da União e dos Estados ao ajuizamento de ação para imputar responsabilidades (obrigação de fazer/não fazer) ao poluidor ou predador (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81), visando, além de cessar a atividade nociva ao meio ambiente, a obrigação de implantação de medidas necessárias (implantação da Adutora do Sertão) a fim de beneficiar as comunidades e milhares de desfavorecidos socialmente, afetados pelos danos causados por escassez de recursos hídricos na região do semiárido cristalino, alcançando, desta feita, o princípio fundamental constitucional da dignidade da pessoa humana.

49. Luís Roberto Barroso², em sua excepcional doutrina, discorre com clareza sobre o significado do princípio da dignidade da pessoa humana:

“O princípio da dignidade da pessoa humana expressa um conjunto de valores civilizatórios que se pode considerar incorporado ao patrimônio da humanidade, sem prejuízo da persistência de violações cotidianas ao seu conteúdo. Dele se extrai o sentido mais nuclear dos direitos fundamentais, para tutela da liberdade, da igualdade e para a promoção da justiça. No seu âmbito inclui a proteção do *mínimo existencial*, locução que identifica o conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute dos direitos em geral. Aquém daquele patamar, ainda que haja sobrevivência, não há dignidade.”

50. A omissão inconstitucional do Estado do Piauí e da União viola indubitavelmente princípios fundamentais como dignidade da pessoa humana (art. 1º, III do CF), os direitos e garantias fundamentais da igualdade e tratamento desumano por imprimirem tratamento desigual no abastecimento e acesso a recursos hídricos (art. 5º, *caput*, I, III da CR), fazendo necessário o manejo de ação judicial para a sua implementação, justificável pela existência de solução técnica para o caso.

51. O Supremo Tribunal Federal, na ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 45, de relatoria do Min. Celso de Mello, admitiu a possibilidade de intervenção judicial para fins de garantia do “mínimo existencial”, não havendo falar-se em cláusula de “reserva do possível”, determinando a implementação de políticas públicas voltadas a garantias de direitos sociais e fundamentais. Vejamos:

“EMENTA: ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO CONTROLE E DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUANDO CONFIGURADA HIPÓTESE DE ABUSIVIDADE GOVERNAMENTAL. DIMENSÃO POLÍTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOPONIBILIDADE DO ARBÍTRIO ESTATAL À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. CARÁTER RELATIVO DA LIBERDADE DE

² Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo, p. 253 - 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

CONFORMAÇÃO DO LEGISLADOR. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA CLÁUSULA DA "RESERVA DO POSSÍVEL". NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO, EM FAVOR DOS INDIVÍDUOS, DA INTEGRIDADE E DA INTANGIBILIDADE DO NÚCLEO CONSUBSTANCIADOR DO "MÍNIMO EXISTENCIAL". VIABILIDADE INSTRUMENTAL DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO NO PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DAS LIBERDADES POSITIVAS (DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE SEGUNDA GERAÇÃO).”

52. O Eminentíssimo Ministro Celso de Mello explicita suas razões de decidir com brilhantismo, inclusive com citações jurisprudenciais e doutrinárias que merecem transcrições, vejamos:

“Essa eminente atribuição conferida ao Supremo Tribunal Federal põe em evidência, de modo particularmente expressivo, a dimensão política da jurisdição constitucional conferida a esta Corte, que não pode demitir-se do gravíssimo encargo de tornar efetivos os direitos econômicos, sociais e culturais - que se identificam, enquanto direitos de segunda geração, com as liberdades positivas, reais ou concretas (RTJ 164/158-161, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**) -, sob pena de o Poder Público, por violação positiva ou negativa da Constituição, comprometer, de modo inaceitável, a integridade da própria ordem constitucional:

“DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO - MODALIDADES DE COMPORTAMENTOS INCONSTITUCIONAIS DO PODER PÚBLICO.

- O desrespeito à Constituição tanto pode ocorrer mediante ação estatal quanto mediante inércia governamental. A situação de inconstitucionalidade pode derivar de um comportamento ativo do Poder Público, que age ou edita normas em desacordo com o que dispõe a Constituição, ofendendo-lhe, assim, os preceitos e os princípios que nela se acham consignados. Essa conduta estatal, que importa em um facere (atuação positiva), gera a inconstitucionalidade por ação.

- Se o Estado deixar de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da Constituição, em ordem a torná-los efetivos, operantes e exequíveis, abstendo-se, em consequência, de cumprir o dever de prestação que a Constituição lhe impôs, incidirá em violação negativa do texto constitucional. Desse non facere ou non praestare, resultará a inconstitucionalidade por omissão, que pode ser total, quando é nenhuma a providência adotada, ou parcial, quando é insuficiente a medida efetivada pelo Poder Público.

.....

- A omissão do Estado - que deixa de cumprir, em maior ou em menor extensão, a imposição ditada pelo texto constitucional - qualifica-se como comportamento revestido da maior gravidade político-jurídica, eis que, mediante inércia, o Poder Público também desrespeita a Constituição, também ofende direitos que nela se fundam e também impede, por ausência de medidas concretizadoras, a própria aplicabilidade dos postulados e princípios da Lei Fundamental." (RTJ 185/794-796, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário - e nas desta Suprema Corte, em especial - a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (**JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE**, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático.

Cabe assinalar, presente esse contexto - consoante já proclamou esta Suprema Corte - que o caráter programático das regras inscritas no texto da Carta Política "não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado" (RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**). Não deixo de conferir, no entanto, assentadas tais premissas, significativo relevo ao tema pertinente à "reserva do possível" (**STEPHEN HOLMES/CASS R. SUNSTEIN**, "The Cost of Rights", 1999, Norton, New York), notadamente em sede de efetivação e implementação (sempre onerosas) dos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais), cujo adimplemento, pelo Poder Público, impõe e exige, deste, prestações estatais positivas concretizadoras de tais prerrogativas individuais e/ou coletivas.

É que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais - além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização - depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a

limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política.

Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese - mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência. Cumpre advertir, desse modo, que a cláusula da "reserva do possível" - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade. (grifo e negrito nosso)

Daí a correta ponderação de ANA PAULA DE BARCELLOS ("A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais", p. 245-246, 2002, Renovar):

"Em resumo: a limitação de recursos existe e é uma contingência que não se pode ignorar. O intérprete deverá levá-la em conta ao afirmar que algum bem pode ser exigido judicialmente, assim como o magistrado, ao determinar seu fornecimento pelo Estado. Por outro lado, não se pode esquecer que a finalidade do Estado ao obter recursos, para, em seguida, gastá-los sob a forma de obras, prestação de serviços, ou qualquer outra política pública, é exatamente realizar os objetivos fundamentais da Constituição. A meta central das Constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida, como já exposto, na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência. Ao apurar os elementos fundamentais dessa dignidade (o mínimo existencial), estar-se-ão estabelecendo exatamente os alvos prioritários dos gastos públicos. Apenas depois de atingi-los é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir. O mínimo existencial, como se vê, associado ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, é capaz de conviver produtivamente com a reserva do possível."(grifei)

Vê-se, pois, que os condicionamentos impostos, pela cláusula da "reserva do possível", ao processo de concretização dos direitos de segunda geração - de implantação sempre onerosa -, traduzem-se em um binômio que compreende, de um lado, (1) a razoabilidade da pretensão individual/social

deduzida em face do Poder Público e, de outro, (2) a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas.

Desnecessário acentuar-se, considerado o encargo governamental de tornar efetiva a aplicação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que os elementos componentes do mencionado binômio (razoabilidade da pretensão + disponibilidade financeira do Estado) devem configurar-se de modo afirmativo e em situação de cumulativa ocorrência, pois, ausente qualquer desses elementos, descaracterizar-se-á a possibilidade estatal de realização prática de tais direitos.

Não obstante a formulação e a execução de políticas públicas dependam de opções políticas a cargo daqueles que, por delegação popular, receberam investidura em mandato eletivo, cumpre reconhecer que não se revela absoluta, nesse domínio, a liberdade de conformação do legislador, nem a de atuação do Poder Executivo.

É que, se tais Poderes do Estado agirem de modo irrazoável ou procederem com a clara intenção de neutralizar, comprometendo-a, a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, afetando, como decorrência causal de uma injustificável inércia estatal ou de um abusivo comportamento governamental, aquele núcleo intangível consubstanciador de um conjunto irreduzível de condições mínimas necessárias a uma existência digna e essenciais à própria sobrevivência do indivíduo, aí, então, justificar-se-á, como precedentemente já enfatizado - e até mesmo por razões fundadas em um imperativo ético-jurídico -, a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, em ordem a viabilizar, a todos, o acesso aos bens cuja fruição lhes haja sido injustamente recusada pelo Estado. Extremamente pertinentes, a tal propósito, as observações de **ANDREAS JOACHIM KRELL** ("Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha", p. 22-23, 2002, Fabris):

"A constituição confere ao legislador uma margem substancial de autonomia na definição da forma e medida em que o direito social deve ser assegurado, o chamado 'livre espaço de conformação' (...). Num sistema político pluralista, as normas constitucionais sobre direitos sociais devem ser abertas para receber diversas concretizações consoante as alternativas periodicamente escolhidas pelo eleitorado. A apreciação dos fatores econômicos para uma tomada de decisão quanto às possibilidades e aos meios de efetivação desses direitos cabe, principalmente, aos governos e parlamentos.

Em princípio, o Poder Judiciário não deve intervir em esfera reservada a outro Poder para substituí-lo em juízos de conveniência e oportunidade, querendo controlar as opções legislativas de organização e prestação, a não

ser, excepcionalmente, quando haja uma violação evidente e arbitrária, pelo legislador, da incumbência constitucional.

No entanto, parece-nos cada vez mais necessária a revisão do vetusto dogma da Separação dos Poderes em relação ao controle dos gastos públicos e da prestação dos serviços básicos no Estado Social, visto que os Poderes Legislativo e Executivo no Brasil se mostraram incapazes de garantir um cumprimento racional dos respectivos preceitos constitucionais.

A eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais a prestações materiais depende, naturalmente, dos recursos públicos disponíveis; normalmente, há uma delegação constitucional para o legislador concretizar o conteúdo desses direitos. Muitos autores entendem que seria ilegítima a conformação desse conteúdo pelo Poder Judiciário, por atentar contra o princípio da Separação dos Poderes (...).

Muitos autores e juízes não aceitam, até hoje, uma obrigação do Estado de prover diretamente uma prestação a cada pessoa necessitada de alguma atividade de atendimento médico, ensino, de moradia ou alimentação. Nem a doutrina nem a jurisprudência têm percebido o alcance das normas constitucionais programáticas sobre direitos sociais, nem lhes dado aplicação adequada como princípios-condição da justiça social.

A negação de qualquer tipo de obrigação a ser cumprida na base dos Direitos Fundamentais Sociais tem como consequência a renúncia de reconhecê-los como verdadeiros direitos. (...) Em geral, está crescendo o grupo daqueles que consideram os princípios constitucionais e as normas sobre direitos sociais como fonte de direitos e obrigações e admitem a intervenção do Judiciário em caso de omissões inconstitucionais. (grifei)

53. A doutrina de Hermes Zaneti Jr.³ pondera que:

“A Constituição brasileira prevê um modelo de Estado, Constituição e democracia ativista e compartilhado, no qual o Poder Judiciário contemporâneo, dentro das funções atribuídas aos poderes da República, funciona como o responsável pela judicial review através de uma justiça de autoridade coordenada (paritária) para a implementação de políticas públicas (escolhas políticas) definidas pelos direitos fundamentais.”

54. Já na visão de Reginaldo Gonçalves Gomes⁴

³ JR. Hermes Zaneti. *A Teoria da separação de poderes e o Estado democrático constitucional: Funções de governo e funções de garantia*. In GRINOVER. Ada Pellegrini. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. Coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. 2ª edição. Rio de Janeiro: 2013, p. 35.

“o poder judiciário, na atual Constituição Federal, é uma garantia para o cidadão e para a coletividade, pois a ele incumbe atuar jurisdicionalmente mente nos hiatos deixados pelo Executivo e Legislativo. É dizer que o judiciário, mormente na implementação de políticas públicas, deve dar solução individual ou coletiva nos litígios colocados a sua frente de forma a implementar os direitos fundamentais principalmente o mínimo existencial, que garante a dignidade humana.”

55. O Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 577836/SC, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, decidiu pela implementação de políticas públicas pelo Estado, inclusive com repercussão na esfera orçamentária. Vejamos trechos do *decisum*:

“(…) 4. Releva notar que uma Constituição Federal é fruto da vontade política nacional, erigida mediante consulta das expectativas e das possibilidades do que se vai consagrar, por isso que cogentes e eficazes suas promessas, sob pena de restarem vãs e frias enquanto letras mortas no papel. Ressoa inconcebível que direitos consagrados em normas menores como Circulares, Portarias, Medidas Provisórias, Leis Ordinárias tenham eficácia imediata e os direitos consagrados constitucionalmente, inspirados nos mais altos valores éticos e morais da nação sejam relegados a segundo plano. Prometendo o Estado o direito à saúde, cumpre adimpli-lo, porquanto a vontade política e constitucional, para utilizarmos a expressão de Konrad Hesse, foi no sentido da erradicação da miséria que assola o país. O direito à saúde da criança e do adolescente é consagrado em regra com normatividade mais do que suficiente, porquanto se define pelo dever, indicando o sujeito passivo, in casu, o Estado. (...) 6. A determinação judicial desse dever pelo Estado, não encerra suposta ingerência do judiciário na esfera da administração. Deveras, não há discricionariedade do administrador frente aos direitos consagrados, quicá constitucionalmente. Nesse campo a atividade é vinculada sem admissão de qualquer exegese que vise afastar a garantia pétrea. (...) 8. Afastada a tese descabida da discricionariedade, a única dúvida que se poderia suscitar resvalaria na natureza da norma ora sob enfoque, se programática ou definidora de direitos. Muito embora a matéria seja, somente nesse particular, constitucional, porém sem importância revela-se essa categorização, tendo em vista a explicitude do ECA, inequívoca se revela a normatividade suficiente à promessa constitucional, a ensejar a acionabilidade do direito consagrado no preceito educacional. 9. As meras diretrizes traçadas

⁴ GOMES, Reginaldo Gonçalves. Intervenção do judiciário nas políticas públicas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14015

pelas políticas públicas não são ainda direitos senão promessas de lege ferenda, encartando-se na esfera insindicável pelo Poder Judiciário, qual a da oportunidade de sua implementação. 10. Diversa é a hipótese segundo a qual a Constituição Federal consagra um direito e a norma infraconstitucional o explicita, impondo-se ao judiciário torná-lo realidade, ainda que para isso, resulte obrigação de fazer, com repercussão na esfera orçamentária.”

56. A implementação da Adutora do Sertão do Piauí assegurará a garantia ao direito à saúde da população abastecida por água potável em suas residências (art. 196 a 200 da Constituição Federal), evitando-se, assim, a propagação de doenças parasitárias de veiculação hídrica, especialmente, nos municípios com elevado índice de mortalidade infantil, desafogando os leitos em hospitais públicos, já que tais doenças parasitárias ocupam cerca de 60% desses leitos nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

57. Não há espaço, nessa seara, para sustentação de princípio da reserva do possível, já que as requeridas deixaram, por anos, de traçar quaisquer estratégias para implementação de proposta, sem jamais tê-la incluído em seus projetos governamentais e em suas programações financeiro-orçamentárias.

58. Ademais, o que não existiu, de fato, foi vontade política com fins voltados à alocação de recursos públicos prioritários nesse sentido.

59. Se levarmos em conta os recursos públicos despendidos com publicidade pelo Governo Federal, noticiados na ordem de R\$ 2,3 bilhões, no ano de 2013, (fls. 506/518), e os cortes orçamentários divulgados em 22/05/15 pelo Ministério do Planejamento (fls. 519/528), cremos que a Adutora do Sertão do Piauí pode facilmente ser inserida nas obras e programas do Governo Federal, com a simples disponibilidade ou relocação de recursos para tal fim. Na proporção de sua possibilidade, o Estado do Piauí também poderia economizar os vultosos R\$ 77,5 milhões de reais noticiados em gastos com publicidade e propaganda institucional (fls. 529/531), para investimentos em implantação de obras para atendimento de sua população, que sequer dispõe do fundamental à sobrevivência, que se trata do acesso à água potável.

60. Os Entes Públicos, federal e estadual, não vêm atuando pautados no princípio constitucional da eficiência administrativa (art. 37, *caput* da CF), quer no trato da falta de solução adequada ao desperdício de água na região do Vale do Rio Gurgueia, quer na distribuição eficaz e ecologicamente

sustentável a mais de 600.000 (seiscentas mil) pessoas que sofrem com os efeitos da estiagem no semiárido piauiense, fazendo com que muitas delas busquem abrigo e melhores condições de vida em outros estados federativos.

61. A política pública escolhida, no caso a “Operação Carro Pipa”, não resolve, apenas adia, inconstitucionalmente, a solução mais eficaz à resolutividade do combate aos efeitos negativos da estiagem, que se faz presente ante a falta de decisões administrativas apropriadas ao problema, ora objeto da controvérsia.

62. A balizada doutrina⁵, bem traduz o princípio da eficiência administrativa:

“a eficiência pretendida pelo texto constitucional (art. 37, caput) não se esgota na adoção pelo Poder Público de procedimentos formalmente corretos. A sociedade aspira a que a Administração adote os métodos mais apropriados, dentro de avançados padrões técnicos. O administrador não será responsabilizado se o resultado não for o esperado, mas apenas se não diligenciou para que a Administração adotasse todos os procedimentos ao seu alcance para obter o melhor intento. O que se exige é que a Administração trabalhe com qualidade, opere de forma a colocar à disposição da sociedade os avanços tecnológicos próprios da modernidade, esteja voltada para o atendimento satisfatório das necessidades do todo coletivo. A correção dos métodos será determinante na obtenção dos melhores resultados”.[\(grifo nosso\)](#)

63. A eficiência, assim, caracterizar-se-ia em “um conceito econômico, que introduz, no mundo jurídico, parâmetros relativos de aproveitamento ótimo de recursos escassos disponíveis para a realização máxima de resultados desejados. Não se cuida apenas de exigir que o Estado alcance resultados com os meios que lhe são colocados à disposição pela sociedade (eficácia), mas de que os efetue o melhor possível (eficiência), tendo, assim, uma dimensão qualitativa. [...] A eficiência diz respeito ao cumprimento das finalidades do serviço público, de molde a satisfazer necessidades dos usuários, do modo menos oneroso possível, extraindo-se dos recursos empregados a maior qualidade na sua prestação”.⁶

⁵ RAMOS, Dona Maria de Oliveira. Terceirização na Administração Pública. São Paulo: Editora LTR, 2001.

⁶ GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço público e a constituição brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 298-299.

DA TUTELA ANTECIPADA:

64. A concessão da tutela antecipada constitui-se em ferramenta de extrema necessidade neste pleito, exigindo-se, para tanto, a presença de dois requisitos essenciais: prova inequívoca do alegado e verossimilhança da alegação.

65. Para a agilização da entrega da prestação jurisdicional, não subsiste qualquer dúvida quanto à existência do direito alegado, consoante se infere dos argumentos e dispositivos legais mencionados.

66. Na hipótese vertente, a prova material inequívoca pode ser inferida por meio de toda a documentação coligida nos procedimentos administrativos em anexo, e pelas razões de direito supra invocadas.

67. Quanto à verossimilhança do direito pleiteado, entendida como um juízo de probabilidade que, conjugada à necessidade de prova inequívoca, conduz-nos à ideia de que se trata, em verdade, de uma probabilidade em grau máximo – destaque-se, não uma certeza, embora, *in casu*, pelo material probatório coligido, se pudesse dizer que ela existe -, é possível concluir através dos laudos técnicos, relatórios e propostas de órgãos estaduais e federais, que, sem dúvida alguma, princípios fundamentais, direitos sociais, à saúde e ao meio ambiente equilibrado foram degradados e estão em perigo em razão da omissão das requeridas na implementação de políticas públicas que lhes competem.

68. O efetivo atendimento a tais direitos fundamentais é impostergável, indisponível e urgente, porque deles depende a própria existência humana com dignidade, sendo que as requeridas têm o dever constitucional de implementar o uso racional e múltiplo dos recursos hídricos no Estado do Piauí, sob pena de afronta ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III do CF), a direitos e garantias fundamentais da igualdade, e à vedação de tratamento desumano ou degradante, por imprimirem tratamento desigual de acesso ao mínimo existencial, que se trata da distribuição de recursos hídricos (art. 5º, *caput*, I, III da CR) e à implementação de políticas sociais que visem à redução de riscos a doenças e ao atendimento integral nas ações e serviços públicos de saúde (art. 196, *caput* e art. 198, II, ambos da CF).

69. Com efeito, se a tutela pretendida for acolhida tão somente no final da lide, quando da prolação da sentença, os danos provocados à

saúde de milhares de pessoas e ao meio ambiente poderão ser irreversíveis, dado a imprescindibilidade imediata de correção das práticas violadoras de preceitos fundamentais e danosas ao meio ambiente mantidas pelas requeridas, em razão do não agir com eficiência no gerenciamento de recursos hídricos e no combate à escassez hídrica no semiárido.

70. Ao persistir essa situação, violam-se direitos fundamentais do homem, afrontando sua dignidade, sua saúde e o meio ambiente ecologicamente equilibrado, vez que a omissão indevida compromete a qualidade de vida de grande parte da população piauiense.

71. É clara a necessidade da concessão da tutela antecipada dentro de um prazo razoável, porque quando se trata de meio ambiente o tempo é algo fundamental.

DAS MEDIDAS LIMINARES:

72. Desta forma, nos termos do art. 12 da Lei nº 7.347/85 e **sob a cominação de multa diária, na importância abaixo discriminada**, corrigidos monetariamente, é a presente para requererem a concessão de **MEDIDA LIMINAR**, "*inaudita altera pars*", sem justificação prévia, pela existência do "*fumus boni juris*", patenteado pela legislação relacionada, da qual a requerida fez "*tabula rasa*", como também pelo "*periculum in mora*" demonstrado concretamente através do grave risco de dano irremediável ao meio ambiente relacionado ao desperdício de recursos não renováveis, aliado à falta de eficaz gerenciamento de recursos hídricos de forma a proporcionar o uso múltiplo das águas, afetando mais de 600 mil habitantes que sofrem com os efeitos da estiagem no semiárido piauiense, violando o direito à saúde da população envolvida ante a propagação de doenças parasitárias de veiculação hídrica, afetando princípios fundamentais como dignidade da pessoa humana, com o desempenho de políticas públicas que garantam o mínimo existencial, para que, assim, as requeridas sejam obrigadas às seguintes obrigações de fazer e não fazer:

a) providenciem, a **UNIÃO FEDERAL** e o **ESTADO DO PIAUÍ**, até 31/12/2015, a **inclusão nos respectivos Plano Plurianuais – PPA's 2016/2019, contemplando nos respectivos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais- PLOA's, Exercício/2016 e exercícios seguintes, verbas públicas destinadas à elaboração e execução de projetos, programas e obras que assegurem a Implementação da**

Adutora do Sertão no Estado do Piauí, nos exatos moldes da proposta da CPRM-Geologia do Brasil/Unidade Regional de Teresina (fls. 223/249), da Nota Técnica e do Formulário de Cadastramento da Ação da 7ª Superintendência Regional da Codevasf (fls. 484/487), órgãos vinculados, respectivamente, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Integração Nacional, integrantes do Governo Federal, podendo os entes públicos firmar convênios com divisão de tarefas e aportes financeiros, procedendo-se, após, às devidas licitações e contratações que entenderem pertinentes, com fins à execução, direta ou indireta, da ação para efetiva entrega da obra, devidamente implantada e em funcionamento até **01/07/2020**, sem prejuízo da execução de outros projetos hídricos previstos para o período no Estado do Piauí, **comprovando-se a implementação orçamentária no PPA's 2016-2019 até 31/12/2015, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a cada uma delas, nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC**, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

a.1) sejam compelidos a **UNIÃO FEDERAL** e o **ESTADO DO PIAUÍ** a comprovarem a adoção das medidas necessárias ao cumprimento da integralidade do item “a”, **apresentado relatórios circunstanciados semestralmente, a partir da concessão da liminar**, das medidas adotadas e fases da execução a esse Juízo, **sob pena de multa diária por atraso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC**, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

b) providenciem, a **UNIÃO FEDERAL**, o **ESTADO DO PIAUÍ** e a **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS**, no **prazo de 01 (um ano), a instalação de registros para controle de vazão em todos os poços jorrantes perfurados com recursos públicos, existentes no Vale do Rio Gurgueia, no Estado do Piauí**, a fim de evitar o constante desperdício de recursos naturais não renováveis naquela região, inclusive com

execução do convênio n.º 003/2003, firmado entre a Agência Nacional de Águas e o Estado do Piauí (fl. 143), comprovando-se a implementação da medida após o vencimento do prazo assinalado em liminar, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento, a cada uma delas, nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

b.1) sejam compelidos a UNIÃO FEDERAL, o ESTADO DO PIAUÍ e a AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS a comprovarem o funcionamento regular e a eficácia da medida adotada do item “b” apresentando relatório circunstanciado trimestralmente a esse Juízo, sob pena de multa diária por atraso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

c) providenciem o ESTADO DO PIAUÍ e a AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS a fiscalização da utilização de todos os poços jorrantes públicos e privados do Vale do Rio Gurgueia (entre os Municípios de Elizeu Martins e Cristino Castro), especialmente com captação nos aquíferos Cabeças e Serra Grande, determinando-se a instalações de equipamento de contenção, fechamento ou controle de vazão dos poços jorrantes existentes em propriedades e empreendimentos privados, realizando-se o controle técnico, mediante fiscalização, orientação técnica e supervisão executiva, no prazo de 01 (um ano), comprovando-se a implementação da medida após o vencimento do prazo fixado em liminar, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento, a cada uma delas, nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

c.1) seja compelido o ESTADO DO PIAUÍ e a AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS a comprovarem o funcionamento regular e a eficácia da medida adotada do item “c” apresentando relatório circunstanciado trimestralmente a esse Juízo, sob pena de multa diária por atraso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

d) providencie, ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, imediatamente, a suspensão (abstenção) de novas concessões de outorga de uso de recursos hídricos de poços artesianos, jorrantes e não jorrantes, existentes em propriedades e empreendimentos privados, existentes em propriedades e empreendimentos privados, no Vale do Gurgueia (entre Elizeu Martins e Cristino Castro), ressalvados os casos de interesse público ou social, e as previstas no art. 19, § 1º da Lei 9.433/97, comprovando-se a adoção de implementação da medida, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da concessão liminar, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento, nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

d.1) seja compelido o ESTADO DO PIAUÍ a comprovar a manutenção da medida descrita no item “d”, apresentando relatório circunstanciado trimestralmente a esse Juízo, sob pena de multa por nova outorga concedida no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

e) providencie, ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

no prazo de 01 (um ano), a revisão de todas as outorgas de concessão de uso de recursos hídricos, especialmente as concedidas a empreendimentos privados como hotéis, pousadas, restaurantes e comércios e áreas de lazer em geral, determinando-se a suspensão parcial ou total das outorgas concedidas onde haja evidente desperdício de água no Vale do Gurgueia (entre Elizeu Martins e Cristino Castro), procedendo-se ao levantamento e registro dos poços em funcionamento sem a devida outorga, implementando tarifação do uso da água, nos moldes do art. 19 da Lei 9.433/97, ressalvados os casos de interesse público ou social, e as previstas no art. 19, § 1º da Lei 9.433/97, devidamente fundamentados na decisão concessiva de outorga, bem como implantando métodos de fiscalização de todas as pessoas físicas e jurídicas que realizem perfurações de poços artesianos no Estado, sem as devidas autorizações/licenças, comprovando-se a adoção de implementação da medida após o vencimento do prazo assinalado em liminar, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por descumprimento, nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

e.1) seja compelido o ESTADO DO PIAUÍ a comprovar a manutenção da medida descrita no item “e”, apresentando relatório circunstanciado trimestralmente a esse Juízo, sob pena de multa por nova outorga concedida no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 84, § 5º do CDC e do art. 461, §5º do CPC, a ser revertida a fundo, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85 e depositada em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária;

73. Deferida a medida liminar e com o intuito de se verificar eventual futura desobediência à determinação judicial, requer sejam, desde já, compelidas as rés à comprovação da implementação das medidas, até 10 (dez) dias seguintes ao vencimento de cada um dos prazos supracitados, sob pena de crime de desobediência e execução imediata do *decisum*.

DO PEDIDO:

74. Diante do exposto e da robusta documentação inclusa, propõem o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal a presente ação civil pública, pleiteando;

a) ao final, seja julgada totalmente **PROCEDENTE** a ação para fins de condená-las às **obrigações de fazer e/ou não fazer supracitadas, sob pena de cominação de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a cada uma delas**, confirmando os efeitos da antecipação de tutela retro;

b) a citação das requeridas para que, querendo, contestem a presente ação e a acompanhem, até final sentença, sob pena de revelia e confissão;

c) a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, nos termos do art. 18, da Lei Federal nº 7.347/85.

DAS PROVAS:

75. Propugnam provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial perícias, vistorias, inspeções judiciais, nomeação de assistentes técnicos, juntada de documentos, depoimento pessoal dos representantes das requeridas e oitiva de testemunhas, cujo rol será oportunamente ofertado.

76. Dão à causa o valor de R\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais).

Termos em que,
Pedem deferimento.
Teresina, 30 de julho de 2015.

VANDO DA SILVA MARQUES
Promotor Regional Ambiental

KELSTON LAGES PINHEIRO
Procurador da República

FERNANDO F. SANTOS
Promotor de Justiça da Fazenda Pública

MARCO AURÉLIO A. ADÃO
Procurador da República